

CARGO ADVOGADO

PROVA OBJETIVA e DISCURSIVA – Nível Superior

Autarquia de Abastecimento de Água e Esgotamento
Sanitário - Água de Ivoti/RS

CONCURSO PÚBLICO – Edital de Abertura nº 10/2026



ANTES DA PROVA:



**Olá! Leia as orientações
para a realização da prova conforme
o Edital de Abertura. Boa sorte!**



- * Confira seus dados na Grade de Respostas: Nome, Nº de Inscrição e Cargo. Caso haja equívoco, comunique imediatamente ao fiscal da sala.
- * Verifique se este caderno corresponde ao cargo ao qual você realizou sua inscrição e contém o número de questões conforme expresso em edital. Caso contrário, solicite a substituição do caderno.
- * Selecione APENAS UMA alternativa correta para cada questão, que contam com 5 alternativas de resposta (A, B, C, D, E).
- * Seus aparelhos eletrônicos (relógios, celulares...) devem estar acondicionados dentro do envelope de segurança fornecido, que deve ser lacrado antes de entrar na sala.

DURANTE A PROVA:



- * Preencha e assine a Grade de Respostas e a Ata de Presença, conforme o documento apresentado, utilizando caneta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, borracha, marca-texto e outros itens durante a realização da prova.
- * Preencha a Grade de Respostas marcando apenas uma alternativa para cada questão. Questões rasuradas, com mais de uma marcação ou em branco serão anuladas.
- * Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de materiais de consulta de qualquer natureza.
- * Nenhuma questão será anulada durante o período de prova. Escolha sempre uma das alternativas. Você poderá solicitar Recurso Administrativo sobre o gabarito preliminar, conforme datas do cronograma de execução.
- * Fique atento ao tempo de realização da prova, incluindo o preenchimento da Grade de Respostas conforme orientação apresentada na sala.

APÓS A PROVA:



- * Você poderá levar consigo o Caderno de Questões após transcorrido o tempo previsto em edital.
- * Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal da sala, aguardando a autorização para entregar a Grade de Respostas.
- * O gabarito preliminar será divulgado conforme o cronograma de execução deste edital.



Direitos autorais reservados à Fundação La Salle.
Proibida Reprodução, ainda que parcial, sem autorização prévia.

Acesse o site:
www.fundacaolasalle.org.br/concursos
ou utilize o QR code ao lado.



LÍNGUA PORTUGUESA*As questões de número 01 a 10 referem-se ao texto abaixo.***IBGE aponta que 5,5 milhões de pessoas no RS sofreram impactos causados pelas enchentes**

Dados da Pesquisa Especial sobre as Enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul podem ser usados para lidar com novos eventos climáticos extremos

O IBGE divulgou no dia 1º de julho dados da Pesquisa Especial sobre as Enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul (PEERS) e revelou que 88% dos domicílios registraram algum tipo de ocorrência relacionada às enchentes daquele ano. As estimativas indicam que haviam 6.333.727 moradores nas regiões afetadas, com um total de domicílios estimados em 2.328.093. Dentre os domicílios entrevistados entre 15 de setembro de 2025 e 27 de fevereiro de 2026, 68,7% dos informantes relataram impactos em seu bairro ou nas ruas e rodovias próximas, enquanto 55,5% dos entrevistados relataram danos nas estruturas de suas casas. Foram relatadas interrupções em serviços básicos, como água e energia elétrica, em 66,3% das residências.

Augusto José Pereira Filho, professor do Departamento de Ciências Atmosféricas do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da USP, explica que as razões para as chuvas de 2024 terem sido tão intensas no Rio Grande do Sul possuem relação com o El Niño, que consiste no aquecimento das águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial e no aumento da precipitação profunda de nuvens, podendo chegar a 20 quilômetros de profundidade na área.

Pereira Filho **reitera** a importância de investir em tecnologias que permitam uma previsão do tempo mais ___ frente e em infraestrutura para suportar os impactos climáticos. “Os modelos mais avançados têm um horizonte de previsão em até 15 dias, por exemplo. Eles podem dar uma orientação ___ defesa civil, que precisa estar bem informada dessas condições e a partir daí haver um planejamento do governo, tanto federal como estadual, para **mitigar** o evento. Não dá para reduzir as perdas de vida e materiais ___ zero; em qualquer lugar do mundo, você tem sempre vítimas, mas é possível reduzir os números. Há também ações estruturais, e foram essas que acabaram causando muito problema lá no Rio Grande do Sul. Barragens e sistemas de escoamento da água pelo rio precisam de manutenção, visto que se trata de uma modificação do ambiente pelo homem. Lá no Rio Grande do Sul, nessa época, as estruturas hidráulicas falharam, e isso resultou num aumento das perdas, feito do excesso de águas para o Rio Grande do Sul.”

Wagner Ribeiro, professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências Humanas da USP, reforça como as populações mais vulneráveis estão sujeitas aos maiores impactos das mudanças climáticas.

“Os dados do IBGE indicam claramente que o Brasil é um dos países mais afetados pelas mudanças climáticas. A vulnerabilidade social no País é bastante elevada; nós temos, não apenas nas eras urbanas, mas principalmente nelas, populações que vivem em condições vulneráveis, sujeitas aos efeitos de chuvas intensas, como, por exemplo, o escorregamento de vertentes, alagamentos, enchentes e outras questões.”

Ribeiro explica ainda que, mesmo com os eventos climáticos extremos, algumas populações não têm o privilégio de poder se mudar para outros lugares. “É necessário que o Estado tome ações mais diretas de oferecer alternativas mais adequadas para evitar que todo ano a população tenha prejuízos materiais”, conclui.

Texto Adaptado.

01. Leia as afirmações a seguir, relativas a ideias que podem ser depreendidas a partir da leitura do texto.

- I. O El Niño, fenômeno que reflete o aquecimento das águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial, é proveniente do Hemisfério Sul.
- II. Quase 90% dos domicílios gaúchos registraram algum tipo de ocorrência decorrente da enchente de 2024, segundo o IBGE.
- III. O professor Wagner Ribeiro afirma ser necessário o Estado oferecer alternativas mais adequadas para evitar que todo ano a população tenha prejuízos materiais com os impactos das mudanças climáticas.
- IV. Segundo Pereira Filho, as estruturas hidráulicas do Rio Grande do Sul são arcaicas e ineficientes, o que deveria ser sanado com a busca de infraestrutura de países avançados.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas I, II e III.
- E) Apenas I, III e IV.

02. As lacunas do terceiro parágrafo do texto devem ser corretas e respectivamente preenchidas por:

- A) a – a – a
- B) à – à – a
- C) à – à – à
- D) à – a – à
- E) a – a – à

03. No terceiro parágrafo, os vocábulos "reitera" e "mitigar", em negrito no texto, poderiam ser substituídos, sem que houvesse mudança substancial no sentido do texto, respectivamente por:

- A) refuta e diminuir
- B) refuga e aniquilar
- C) corrobora e potencializar
- D) reforça e maximizar
- E) salienta e atenuar

04. Selecione a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas dos trechos a seguir:

- I. As enchentes de 2024 foram devastadoras para o Rio Grande do Sul, não só _____ deixaram grande parte da população desabrigada, mas também pelo fato de muitas vidas terem sido perdidas.
- II. Embora os órgãos responsáveis já saibam o _____ das consequências danosas da catástrofe, muito ainda precisa ser feito para que um novo episódio não volte a acontecer.

- A) por que – por que
- B) por que – porque
- C) porque – porquê
- D) porquê – porquê
- E) por quê – por que

05. Considere as afirmações a seguir, relativas à estrutura, ao gênero e à tipologia textual.

- I. A introdução do texto apresenta o assunto central, qual seja, a efetividade dos serviços básicos de água e energia elétrica após as enchentes de 2024.
- II. O gênero textual enquadra-se na categoria injuntiva, tendo em vista a presença de um ponto de vista explícito e o predomínio de linguagem conotativa.
- III. Todos os parágrafos do texto são constituídos por mais de um período.
- IV. O texto foi escrito de acordo com a norma padrão da língua portuguesa, com predomínio de vocabulário formal e de linguagem denotativa.

Está(ão) correta(s):

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas III.
- C) Apenas II e IV.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

06. Leia as afirmações relativas à pontuação empregada no texto.

- I. Na passagem "em qualquer lugar do **mundo**, você tem sempre vítimas" (terceiro parágrafo), a vírgula após mundo indica a antecipação de um adjunto adverbial de lugar.
- II. Na passagem "Wagner Ribeiro, professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências Humanas da USP", as vírgulas (após Wagner Ribeiro e após USP) marcam o emprego de um aposto.
- III. Na passagem "A vulnerabilidade social no País é bastante elevada; nós temos, não apenas nas eras urbanas, mas principalmente nelas, populações que vivem em condições vulneráveis" (quinto parágrafo), o ponto e vírgula poderia ser substituído por um ponto final, iniciando-se ali uma nova frase.
- IV. Na passagem "Ribeiro explica ainda que, mesmo com os eventos climáticos extremos, algumas populações não têm o privilégio de poder se mudar para outros lugares" (último parágrafo), as vírgulas poderiam ser substituídas por travessões.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

07. Há, no texto, uma ocorrência indevida de concordância verbal, que fere a norma da gramática tradicional. Essa ocorrência se encontra em qual das passagens a seguir?

- A) As estimativas indicam que haviam 6.333.727 moradores nas regiões afetadas, com um total de domicílios estimados em 2.328.093.
- B) Dentre os domicílios entrevistados entre 15 de setembro de 2025 e 27 de fevereiro de 2026, 68,7% dos informantes relataram impactos em seu bairro ou nas ruas e rodovias próximas.
- C) Barragens e sistemas de escoamento da água pelo rio precisam de manutenção, visto que se trata de uma modificação do ambiente pelo homem.
- D) A vulnerabilidade social no País é bastante elevada; nós temos, não apenas nas eras urbanas, mas principalmente nelas, populações que vivem em condições vulneráveis.
- E) É necessário que o Estado tome ações mais diretas de oferecer alternativas mais adequadas para evitar que todo ano a população tenha prejuízos materiais.

08. Leia as passagens a seguir e atente para o emprego da partícula “QUE”.

- I. Augusto José Pereira Filho, professor do Departamento de Ciências Atmosféricas do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da USP, explica **que** as razões para as chuvas de 2024 terem sido tão intensas no Rio Grande do Sul possuem relação com o El Niño
- II. Os dados do IBGE indicam claramente **que** o Brasil é um dos países mais afetados pelas mudanças climáticas.
- III. Nós temos, não apenas nas eras urbanas, mas principalmente nelas, populações **que** vivem em condições vulneráveis, sujeitas aos efeitos de chuvas intensas.

O “**QUE**” é empregado como pronome relativo, ou seja, retoma um antecedente da sentença em que se encontra, na(s) alternativa(s)

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) III, apenas.

09. Na primeira frase do texto, na passagem “O IBGE divulgou no dia 1º de julho dados da Pesquisa Especial sobre as Enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul”, a expressão sublinhada poderia ser substituída adequadamente por

- A) a cerca das
- B) à respeito das
- C) relativas às
- D) acerca das
- E) relativos das

10. Leia as possibilidades de reescrita da passagem “Barragens e sistemas de escoamento da água pelo rio precisam de manutenção, visto que se trata de uma modificação do ambiente pelo homem”. Quais estão sintaticamente corretas e não alteram substancialmente o sentido da passagem original?

- I. Barragens e sistemas de escoamento da água pelo rio precisam de manutenção, uma vez que se trata de uma modificação do ambiente pelo homem.
 - II. Barragens e sistemas de escoamento da água pelo rio precisam de manutenção; pois, se trata de uma modificação do ambiente pelo homem.
 - III. Barragens e sistemas de escoamento da água pelo rio precisam de manutenção, já que se trata de uma modificação do ambiente pelo homem.
 - IV. Barragens e sistemas de escoamento da água pelo rio precisam de manutenção, trata-se, de uma modificação do ambiente pelo homem.
- A) Apenas I e III
 - B) Apenas II e IV
 - C) Apenas I, III e IV
 - D) Apenas II, III e IV
 - E) I, II, III e IV

LEGISLAÇÃO

11. A Administração Municipal avalia diferentes formas jurídicas para assegurar a continuidade do abastecimento de água e do esgotamento sanitário. À luz da Lei Orgânica do Município de Ivoti, assinale a alternativa correta.

- A) O abastecimento de água e o esgotamento sanitário são serviços de competência exclusiva do Estado do Rio Grande do Sul, podendo o Município apenas fiscalizá-los.
- B) O Município somente pode prestar diretamente os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo vedada sua execução sob concessão ou permissão.
- C) O Município pode organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, o abastecimento de água e os esgotos sanitários.
- D) A prestação municipal de abastecimento de água depende de prévia delegação legislativa da União, por envolver recurso hídrico de domínio público.
- E) A concessão ou permissão do serviço transfere ao particular também a titularidade municipal e afasta a regulamentação e a fiscalização da Administração Municipal.

12. Uma servidora efetiva ocupa cargo da Autarquia Água de Ivoti cujo requisito de acesso é ensino superior. Após o ingresso, concluiu pós-graduação lato sensu diretamente relacionada ao cargo e à sua área de atuação e protocolou requerimento com a documentação comprobatória. Considerando a Lei Municipal nº 3.750/2025, assinale a alternativa correta.

- A) A gratificação será de 5% sobre a remuneração atual da servidora e produzirá efeitos retroativos à data de conclusão do curso.
- B) A gratificação será de 10% sobre a última classe alcançada e será acumulável com outra gratificação de escolaridade obtida no mesmo cargo.
- C) O título gera promoção automática para a classe subsequente, independentemente de requerimento e do tempo de exercício na classe.
- D) A gratificação será de 10%, calculada sobre o vencimento da classe inicial do cargo, sem acumulação e com efeitos que não comportam a retroatividade.
- E) O título somente poderá gerar vantagem se corresponder a mestrado ou doutorado, não sendo a especialização abrangida pela lei.

13. Um cidadão requereu à Autarquia Água de Ivoti cópia integral de processo administrativo instaurado para apurar irregularidades na execução de determinado contrato. O processo contém relatórios de fiscalização, ordens de pagamento e a decisão administrativa final, mas também registra CPF e endereço residencial de pessoas ouvidas durante a apuração e inclui laudo médico de servidor, juntado para justificar afastamento ocorrido durante a tramitação. Ao examinar o pedido, a autoridade constatou ser possível separar materialmente as informações de interesse público daquelas relacionadas à esfera pessoal dos envolvidos. Considerando conjuntamente a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assinale a alternativa correta.

- A) Deve ser assegurado acesso às informações de interesse público, mediante certidão, extrato ou cópia com ocultação das parcelas cujo acesso seja juridicamente restrito, preservando-se, em especial, dados pessoais relacionados à intimidade e dados sensíveis de saúde cuja divulgação não seja necessária à compreensão dos atos administrativos, sem que a proteção dessas informações autorize, por si só, a negativa integral de acesso ao processo.
- B) Deve ser fornecida cópia dos documentos administrativos, com supressão apenas dos identificadores diretos, como nome e CPF, podendo o laudo médico ser disponibilizado após essa providência, pois a retirada desses elementos caracteriza necessariamente anonimização e afasta a incidência da LGPD sobre o documento.
- C) Deve ser concedido acesso integral aos documentos que tenham integrado a instrução do processo após a edição da decisão administrativa, inclusive ao laudo médico, pois o direito de acesso aos documentos utilizados na formação da decisão prevalece sobre as restrições referentes a informações pessoais previstas na própria LAI.
- D) Deve ser concedido acesso às informações administrativas não pessoais, mas a ocultação ou qualquer outro tratamento incidente sobre dados pessoais sensíveis dependerá previamente do consentimento específico e destacado de seus titulares, uma vez que o Poder Público não pode tratar dados de saúde sem autorização individual.
- E) Devem permanecer restritas, pelo prazo máximo de cem anos, todas as informações que permitam identificar pessoas naturais constantes do processo, inclusive nomes de agentes públicos responsáveis pelos atos administrativos e de particulares que tenham recebido recursos públicos, pois a LAI atribui idêntico regime de acesso a toda e qualquer informação pessoal.

14. Durante procedimento licitatório promovido por autarquia municipal, o servidor responsável pela condução do certame, com a finalidade deliberada de beneficiar determinada empresa, estabelece exigência técnica sem fundamento no edital para afastar duas concorrentes que apresentavam propostas competitivas. Antes da celebração do contrato, contudo, a irregularidade é identificada pelo controle interno e o procedimento é anulado, não havendo pagamento, perda patrimonial para a Administração nem enriquecimento do agente público.

Considerando a Lei nº 8.429/1992, na redação vigente, assinale a alternativa correta.

- A) A ausência de perda patrimonial efetiva impede qualquer enquadramento como ato de improbidade administrativa, pois qualquer conduta ímproba exige dano econômico ao patrimônio público para sua configuração.
- B) A conduta configura necessariamente ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, pois a frustração da licitude de procedimento licitatório permite presumir o dano patrimonial, sendo dispensável a demonstração de perda efetiva.
- C) A ausência de perda patrimonial afasta, nas circunstâncias narradas, o enquadramento como ato que causa prejuízo ao erário, mas não impede, por si só, a caracterização como atentatório aos princípios, desde que demonstrados a conduta dolosa tipificada, o propósito de obtenção de benefício indevido para terceiro e a lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.
- D) A conduta somente poderá caracterizar improbidade se ficar demonstrado enriquecimento ilícito do servidor ou da empresa beneficiada, pois a vantagem patrimonial é elemento indispensável às diferentes modalidades de atos de improbidade administrativa.
- E) Embora a conduta possa caracterizar ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, basta demonstrar que o servidor praticou voluntariamente a irregularidade e violou a legalidade, sendo desnecessária a comprovação de finalidade ilícita ou propósito de beneficiar terceiro.

15. Para implantar uma nova estação elevatória, a Autarquia Água de Ivoti identifica imóvel particular indispensável ao empreendimento. Segundo a Lei Municipal nº 2.748/2013, qual providência é compatível com as competências atribuídas à entidade?

- A) Declarar, por ato próprio da Direção-Geral, a utilidade pública do imóvel e consumir imediatamente a desapropriação administrativa.
- B) Ocupar definitivamente o imóvel sem indenização, porque os bens afetados ao saneamento passam automaticamente ao domínio público.
- C) Promover a desapropriação necessária à execução de suas finalidades, desde que precedida da declaração de utilidade pública pelo Poder Executivo Municipal.
- D) Solicitar à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento do Rio Grande do Sul (AGESAN-RS) a transferência compulsória da propriedade, pois a agência reguladora exerce o poder expropriatório no setor de saneamento.
- E) Converter o valor da indenização em créditos tarifários obrigatórios, independentemente de concordância do proprietário.

16. À luz da Lei Municipal nº 2.374/2008, examine os vínculos do RPPS municipal abaixo, assinalando (S) para SEGURADO e (N) para NÃO SEGURADO:

- () servidor titular de cargo ativo da Autarquia Água de Ivoti.
- () ocupante exclusivamente de cargo em comissão.
- () contratado por tempo determinado.
- () empregado público.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) S – N – N – N
- B) S – S – N – S
- C) S – S – S – N
- D) N – S – N – S
- E) N – N – S – S

17. Conforme o Regime Jurídico do Município de Ivoti, complete correta e respectivamente as lacunas dos trechos a seguir:

A função gratificada é instituída por lei para atender encargos de _____ e é privativa de servidor detentor de _____.

- A) execução operacional - emprego público temporário
- B) direção, chefia ou assessoramento - cargo efetivo
- C) consultoria externa - cargo em comissão
- D) atividade política - mandato eletivo
- E) serviço extraordinário - contrato administrativo

18. O Plano Municipal de Saneamento Básico deve tratar de forma integrada os componentes legalmente reconhecidos do saneamento. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esses quatro componentes.

- A) Abastecimento de água potável, energia elétrica, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e coleta seletiva.
- B) Abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, iluminação pública e mobilidade urbana.
- C) Esgotamento sanitário, drenagem urbana, habitação social e controle de vetores.
- D) Abastecimento de água potável, resíduos industriais, transporte coletivo e drenagem rodoviária.
- E) Abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

19. Um servidor ocupa cargo efetivo de engenheiro em entidade municipal e é aprovado também para cargo público de professor em instituição estadual. Considerando a Constituição Federal e supondo compatibilidade de horários, assinale a alternativa correta.

- A) A acumulação é vedada em qualquer hipótese, porque todo servidor municipal está sujeito a dedicação exclusiva constitucional.
- B) A acumulação somente seria possível se ambos os cargos pertencessem ao mesmo ente federativo.
- C) A acumulação é possível apenas se um dos vínculos for cargo em comissão sem remuneração.
- D) A acumulação é constitucionalmente admitida por envolver um cargo de professor com outro técnico ou científico, desde que haja compatibilidade de horários e observância das demais regras constitucionais.
- E) A acumulação é livre desde que a soma das jornadas não ultrapasse quarenta horas semanais, requisito expressamente fixado pela Constituição.

20. Com base no Decreto Municipal nº 40/2021, analise as afirmações, assinalando V para Verdadeiro ou F para Falso:

- () Órgãos públicos federais, estaduais e municipais custeiam a remoção, relocação ou modificação de redes decorrente de obras que executem ou autorizem.
- () Quando a alteração da rede decorrer por solicitação de particular, a despesa é suportada parcialmente pela Autarquia.
- () Danos causados às redes são reparados pela Autarquia às expensas do autor.
- () Extensões de rede custeadas integralmente por particulares permanecem de propriedade privada.

Assinale a sequência correta.

- A) V – V – F – F
- B) V – F – V – F
- C) F – V – V – F
- D) V – F – F – V
- E) F – F – V – V

RACIOCÍNIO LÓGICO / MATEMÁTICA

21. Uma proposição composta é formada por 4 proposições simples distintas, p, q, r e s. Quantas linhas terá a tabela-verdade dessa proposição composta?

- A) 8
- B) 12
- C) 16
- D) 20
- E) 32

22. Sejam p e q duas proposições simples, sendo p uma proposição verdadeira (V) e q uma proposição falsa (F). Considerando as regras dos conectivos lógicos, assinale a alternativa que apresenta uma proposição composta VERDADEIRA (V):

- A) $p \wedge q$
- B) $p \rightarrow q$
- C) $p \leftrightarrow q$
- D) $\sim p \wedge q$
- E) $p \vee q$

23. Um capital de R\$ 2.000,00 foi aplicado a juros compostos por 3 meses, à taxa de 5% ao mês. Qual foi o total de juros obtido ao final desse período?

- A) R\$ 300,00
- B) R\$ 304,00
- C) R\$ 308,25
- D) R\$ 315,25
- E) R\$ 331,00

24. Os números abaixo apresentam o tempo de atendimento (em minutos) de 9 clientes atendidos no protocolo de uma empresa de saneamento, em uma manhã:

12, 15, 18, 12, 20, 15, 12, 25, 21

Com base nesses dados, é correto afirmar que a mediana e a moda dessa distribuição são, respectivamente:

- A) 15 e 12
- B) 12 e 15
- C) 16,67 e 12
- D) 15 e 15
- E) 18 e 12

25. Quatro colegas de trabalho, Diego, Elaine, Fábio e Gabriela, atuam em quatro setores diferentes de uma empresa: Financeiro, Operacional, Comercial e Jurídico, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que:

- Diego atua no setor Jurídico.
- Elaine não atua no setor Financeiro nem no Comercial.
- Gabriela não atua no setor Comercial.
- Fábio não atua no setor Operacional.

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- A) Fábio atua no setor Financeiro.
- B) Gabriela atua no setor Operacional.
- C) Elaine atua no setor Comercial.
- D) Fábio atua no setor Comercial.
- E) Gabriela atua no setor Jurídico.

INFORMÁTICA

26. Beatriz é engenheira em uma concessionária de saneamento público e montou uma planilha no Microsoft Excel (Office 365) em sua versão português, para controlar os custos (em milhares de reais) das etapas do projeto de Implantação de Nova Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) no primeiro trimestre do ano. A tabela a seguir representa a estrutura exata montada por Beatriz:

	A	B	C	D	E
1	Etapa da ETE	Janeiro	Fevereiro	Março	Situação
2	Terraplanagem e Licenciamento	15	20	10	Aprovado
3	Tanques de Decantação	30	0	25	Aprovado
4	Sistema de Filtragem Biológica	8	12	0	Em Análise
5	Testes Operacionais e Automação	5	5	5	Aprovado
6	Indicador Financeiro				
7					

Para calcular um indicador financeiro na célula B6, Beatriz digitou a seguinte fórmula:

=SOMA(B3:D3)-MÉDIA(B5:D5)*2

Qual será o resultado numérico exibido na célula B6 após pressionar a tecla Enter?

- A) 45
- B) 55
- C) 90
- D) 100
- E) 35

27. Sobre os procedimentos de cópia de segurança utilizando os recursos nativos do sistema operacional Microsoft Windows, analise as afirmativas a seguir e marque (V) para Verdadeiro ou (F) para Falso:

- () O Windows permite criar e extrair arquivos no formato .zip, sem o uso de programas de terceiros.
- () A ferramenta de Histórico de Arquivos do Windows realiza backups automáticos das pastas do usuário para uma unidade externa ou de rede, permitindo restaurar versões anteriores de arquivos específicos.
- () O recurso de Restauração do Sistema do Windows permite o backup de dados pessoais, pois ao restaurar um ponto anterior, todos os arquivos de documentos e fotos criados recentemente são recuperados automaticamente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- A) V – F – V
- B) F – V – F
- C) V – V – F
- D) V – V – V
- E) F – F – V

28. Durante uma auditoria de TI no setor de recursos humanos de uma autarquia municipal, verificou-se a presença de programas maliciosos que monitoram a digitação de senhas e coletam dados de navegação dos funcionários. Para proteger as estações de trabalho e mitigar esse tipo de risco, o administrador de rede reforçou o uso e a atualização das ferramentas de antispymware integradas ao sistema operacional e aos pacotes de segurança. Considerando o funcionamento, os tipos de ameaças combatidas e as características das soluções antispymware, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O antispymware identifica e remove softwares espiões através de assinaturas de código e monitoramento comportamental, impedindo a instalação de programas que coletam dados sem autorização e neutralizando falhas de hardware no computador.
- B) Ferramentas antispymware são projetadas especificamente para detectar e remover softwares espiões, tais como keyloggers ou adwares invasivos, que buscam coletar informações sem o consentimento do usuário.
- C) Ao contrário dos antivírus tradicionais, os programas antispymware funcionam mediante varreduras manuais encomendadas pelo usuário, não permitindo proteção em tempo real ou análise heurística.
- D) Um antispymware impede a execução de worms, pois sua função principal é bloquear a autorreplicação automática de vírus através de redes locais e conexões de e-mail.
- E) A instalação de um antispymware garante a imunização completa do sistema contra o phishing, já que a ferramenta altera automaticamente os endereços IP falsos nos servidores DNS da internet.

29. Considerando os recursos operacionais de envio de e-mails no Gmail, analise as afirmativas a seguir:

- I. Se um dos destinatários da mensagem original clicar na opção "Responder a todos", a resposta gerada por ele será enviada ao remetente original e a todos os contatos listados nos campos "Para", "Cc" e "Cco".
- II. O recurso Cancelar envio permite desfazer a entrega de uma mensagem recém-enviada, desde que o usuário clique no botão correspondente dentro do intervalo de tempo limite configurado nas opções do Gmail.
- III. O Modo Confidencial do Gmail permite definir uma data de expiração para o e-mail enviado e revogar o acesso à mensagem em determinado momento, bloqueando opções como repassar, copiar, baixar ou imprimir o conteúdo por parte dos destinatários.

Está correta a análise realizada em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

30. Considerando o funcionamento e as diferenças operacionais entre o Word em sua versão Desktop e a versão para web (online - Office 365), assinale a alternativa CORRETA:

- A) O recurso de coautoria em tempo real na versão para a Web permite que múltiplos usuários editem o mesmo documento simultaneamente.
- B) O recurso de coautoria em tempo real na versão para a Web exige que o usuário clique manualmente no botão Salvar a cada alteração realizada, garantindo a sincronização imediata dos dados com os demais colaboradores.
- C) O Histórico de Versões do Office 365 fica disponível apenas para arquivos salvos localmente no disco rígido do computador, permitindo recuperar alterações antigas feitas sem conexão com a internet.
- D) As alterações feitas no Word para a Web bloqueiam a edição inteira do documento para os demais usuários conectados, impedindo que múltiplos colaboradores insiram texto na mesma página simultaneamente.
- E) A versão online do Word possui suporte integral e idêntico ao aplicativo Desktop para modos de exibição avançados, como Estrutura de Tópicos e Rascunho, sem limitações de renderização no navegador.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. O Diretor-Geral consulta o setor jurídico sobre a posição institucional da Água de Ivoti na organização administrativa municipal. Considerando o regime jurídico das autarquias e a legislação institucional da entidade, assinale a alternativa correta.

- A) A Água de Ivoti é autarquia municipal de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei, com autonomia administrativa e patrimonial e sujeita a controle finalístico, sem hierarquia geral perante o Executivo.
- B) A Água de Ivoti integra a Administração Direta como órgão autônomo, sem personalidade jurídica própria, podendo administrar patrimônio e receitas vinculados ao serviço e praticar atos de gestão por delegação do Município.
- C) A Água de Ivoti é entidade de direito privado da Administração Indireta, cuja personalidade nasce do registro de seus atos constitutivos, com autonomia patrimonial e regime de pessoal necessariamente celetista.
- D) A Água de Ivoti possui natureza de empresa pública municipal, com personalidade de direito privado e autonomia gerencial, ainda que sua atividade principal consista na prestação de serviço público de titularidade municipal.
- E) A Água de Ivoti é entidade autárquica dotada de autonomia política e administrativa, podendo editar normas com força de lei e afastar controles externos quando suas decisões se limitarem a matéria técnica.

32. Associe os crimes previstos no Código Penal (Coluna 1) às respectivas condutas nucleares (Coluna 2).

Coluna 1	Coluna 2
1. Contratação direta ilegal (art. 337-E). 2. Frustração do caráter competitivo de licitação (art. 337-F). 3. Patrocínio de contratação indevida (art. 337-G). 4. Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo (art. 337-H).	() Patrocinar interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação venha a ser decretada pelo Poder Judiciário. () Pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade, nas condições previstas no tipo penal. () Admitir, possibilitar ou dar causa a contratação direta fora das hipóteses previstas em lei. () Frustrar ou fraudar, com intuito de obter vantagem decorrente da adjudicação do objeto, o caráter competitivo do processo licitatório.

Assinale a sequência que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo:

- A) 4 – 3 – 2 – 1
- B) 3 – 4 – 1 – 2
- C) 3 – 1 – 4 – 2
- D) 2 – 4 – 1 – 3
- E) 1 – 2 – 3 – 4

33. Em contrato de modernização do sistema de bombeamento, a matriz de riscos atribuiu expressamente à contratada a oscilação ordinária do preço de determinado insumo importado. Durante a execução, esse insumo encareceu dentro da faixa de risco prevista. Meses depois, a Administração determinou unilateralmente alteração das especificações técnicas, dentro das hipóteses legais, elevando de forma comprovada os encargos da contratada. A empresa pediu recomposição econômico-financeira pelos dois eventos. À luz da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- A) A matriz de riscos impede a recomposição em relação a qualquer evento superveniente, inclusive quando a elevação dos encargos decorre de alteração unilateral determinada pela Administração.
- B) A recomposição é devida nos dois eventos, pois todo aumento superveniente de custos rompe o equilíbrio inicial, ainda que um deles corresponda a risco expressamente assumido pela contratada.
- C) A recomposição é indevida nos dois eventos, porque a matriz de riscos estabiliza a equação econômico-financeira e afasta revisão mesmo diante de alteração unilateral legalmente determinada.
- D) Não cabe recomposição pela oscilação ordinária alocada à contratada; já a alteração unilateral que aumente seus encargos impõe o restabelecimento do equilíbrio no mesmo termo aditivo.
- E) A matriz de riscos vincula apenas a formação da proposta e deixa de disciplinar pleitos na execução, de modo que ambos os eventos devem ser avaliados sem considerar a alocação contratual.

34. Em serviço público de saneamento submetido à regulação, o prestador sustenta que a entidade reguladora deve seguir as determinações do chefe do Poder Executivo quanto ao conteúdo de suas decisões técnicas. À luz da Lei nº 11.445/2007, assinale a alternativa correta.

- A) A regulação deve ser exercida exclusivamente pelo titular do serviço, sendo incompatível com a Lei nº 11.445/2007 sua atribuição a entidade autárquica especializada.
- B) A entidade reguladora pode ter autonomia administrativa e financeira, mas suas decisões técnicas permanecem subordinadas às determinações do chefe do Poder Executivo.
- C) A entidade reguladora deve ter natureza autárquica, independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, com atuação técnica, transparente e objetiva.
- D) As normas de referência editadas pela ANA substituem as decisões das entidades reguladoras locais sempre que tratarem da mesma matéria técnica ou econômico-financeira.
- E) A independência decisória da entidade reguladora afasta subordinação técnica ao Executivo e também impede revisão judicial ou controle externo sobre seus atos regulatórios.

35. Uma unidade residencial é ocupada por família inscrita no CadÚnico, com renda familiar per capita inferior a meio salário-mínimo. Os bancos de dados utilizados pelo prestador permitem identificar automaticamente a elegibilidade. No mês, a residência consumiu 20 m³ de água. Considerando a Lei nº 14.898/2024, assinale a alternativa correta.

- A) A família elegível deve requerer pessoalmente o benefício, pois a identificação pelos bancos oficiais apenas autoriza o prestador a iniciar o procedimento de cadastramento social.
- B) O benefício assegura desconto mínimo de 50% sobre toda a fatura mensal da unidade elegível, inclusive sobre consumo superior à primeira faixa e sobre serviços acessórios cobrados.
- C) A inclusão pode ocorrer de forma automática, mas depende de comunicação prévia e de concordância expressa do responsável familiar antes da aplicação do desconto tarifário.
- D) O desconto social alcança somente os primeiros 10 m³; ultrapassado esse volume, perde-se o benefício no ciclo de faturamento e aplica-se a tarifa ordinária a todo o consumo.
- E) A unidade deve ser classificada automaticamente; o desconto mínimo de 50% incide sobre a primeira faixa nos primeiros 15 m³, e o excedente pode ser cobrado pela tarifa regular.

36. Lei do Município de Ivoti é impugnada por suposta violação simultânea à Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e a preceito fundamental da Constituição Federal. Discute-se qual via de controle abstrato pode ser utilizada. Considerando o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- A) Lei municipal pode ser objeto de ADI no STF quando o parâmetro seja a Constituição Federal e a controvérsia possua relevância nacional, sem necessidade de utilização de outra via abstrata.
- B) A lei municipal pode ser objeto de controle concentrado no Tribunal de Justiça em face da Constituição Estadual.
- C) Lei municipal somente admite controle difuso, pois o controle concentrado perante os Tribunais de Justiça alcança atos estaduais, mas não normas editadas pelos Municípios.
- D) A inexistência de ADI no STF torna a ADPF automaticamente cabível contra lei municipal, independentemente de lesão a preceito fundamental ou do requisito legal de subsidiariedade.
- E) O Tribunal de Justiça pode usar diretamente qualquer dispositivo da Constituição Federal como parâmetro autônomo para invalidar lei municipal em ação concentrada estadual.

37. Um servidor público recebeu ciência inequívoca de ato administrativo que, segundo sustenta, violou direito líquido e certo demonstrável pelos documentos já disponíveis. Passados 60 dias, procura medida judicial para impedir a produção de efeitos do ato. Não se trata de hipótese de habeas corpus ou habeas data. À luz da Lei nº 12.016/2009, assinale a alternativa correta.

- A) O mandado de segurança é incabível contra ato administrativo, pois sua utilização se restringe a atos judiciais que produzam lesão atual a direito líquido e certo.
- B) O mandado de segurança somente pode ser impetrado depois de esgotados todos os recursos administrativos dotados ou não de efeito suspensivo contra o ato questionado.
- C) O mandado de segurança é, em tese, cabível, e o prazo decadencial para impetração é de 120 dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- D) O mandado de segurança é cabível, mas admite ampla produção pericial e testemunhal para constituir no curso do processo a prova necessária do direito alegado.
- E) O mandado de segurança pode ser impetrado em até cinco anos da ciência do ato, prazo prescricional que se interrompe com a apresentação de requerimento administrativo.

38. Em processo de aquisição de equipamentos, foram praticados os atos descritos abaixo, apresentados fora de ordem:

- I. A autoridade competente expede despacho determinando que a despesa, já regularmente liquidada, seja paga.
- II. O setor responsável verifica, com base no contrato, na nota de empenho e nos comprovantes de entrega, o direito adquirido pelo credor, a importância exata e a quem se deve pagar.
- III. A tesouraria, por meio de instituição bancária credenciada, efetiva o pagamento ao credor.
- IV. A autoridade competente pratica o ato que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Segundo a Lei nº 4.320/1964, assinale a ordem juridicamente correta desses atos.

- A) IV – II – I – III
- B) II – IV – III – I
- C) IV – I – II – III
- D) II – I – IV – III
- E) I – IV – II – III

39. Diante de infração contratual imputada a empresa prestadora de serviços, a autoridade da Autarquia entende que os documentos já reunidos são suficientes e propõe aplicar imediatamente multa e impedimento de licitar e contratar, sem abertura de prazo de defesa. À luz da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- A) A aplicação imediata é válida quando a infração estiver documentalmente comprovada pelo fiscal, ficando o contraditório reservado ao recurso administrativo eventualmente interposto.
- B) A multa e o impedimento podem ser aplicados no mesmo ato, pois apenas a declaração de inidoneidade depende de processo de responsabilização com comissão designada.
- C) A multa exige oportunidade prévia de defesa, mas o impedimento pode ser aplicado sumariamente quando decorrer dos mesmos fatos já comprovados no processo de fiscalização.
- D) O impedimento depende de pronunciamento judicial prévio, enquanto a multa pode ser aplicada administrativamente após simples notificação do valor e abertura de prazo para pagamento.
- E) O impedimento exige processo de responsabilização com defesa no prazo legal, e a multa também pressupõe oportunidade prévia de defesa, sendo ilegítima a imposição sumária proposta.

40. A Água de Ivoti, autarquia municipal, é condenada por sentença líquida ao pagamento de quantia equivalente a 80 salários-mínimos. Não incide, no caso, outra hipótese específica de dispensa ou de obrigatoriedade de remessa. Quanto às prerrogativas processuais da Fazenda Pública previstas no CPC, assinale a alternativa correta.

- A) A autarquia municipal não possui prazo em dobro, por ter personalidade própria, e a sentença condenatória contra ela se sujeita à remessa necessária qualquer que seja o valor fixado.
- B) A autarquia municipal possui prazo em dobro, mas sua intimação pessoal somente é válida por carga ou remessa física dos autos, não podendo ocorrer por meio eletrônico.
- C) A autarquia municipal tem prazo em dobro contado da intimação pessoal; como a condenação líquida é de 80 salários-mínimos, não há remessa necessária diante do limite legal de 100.
- D) A autarquia municipal tem prazo em dobro, porém a dispensa de remessa necessária pelo limite de 100 salários-mínimos alcança apenas o Município, e não suas autarquias.
- E) A autarquia municipal possui intimação pessoal, mas o prazo em dobro se restringe aos recursos, não alcançando contestação, incidentes ou outras manifestações processuais.

41. Uma empresa contratada pela Autarquia para serviços especializados necessita transferir temporariamente um empregado de Ivoti para unidade localizada em outro Estado, circunstância que exige mudança provisória de domicílio. O contrato de trabalho contém cláusula de transferência e existe comprovada necessidade de serviço. De acordo com a CLT, assinale a alternativa correta.

- A) A cláusula de transferência, somada à comprovada necessidade de serviço, autoriza a mudança temporária, mas afasta o adicional porque o empregado consentiu previamente com essa possibilidade.
- B) Sendo provisória a transferência e comprovada a necessidade de serviço, ela pode ocorrer nas hipóteses legais, com adicional de pelo menos 25% dos salários enquanto perdurar a situação.
- C) A mudança de estabelecimento caracteriza transferência mesmo sem alteração necessária do domicílio e, por ser temporária, assegura adicional mínimo de 25% durante todo o período.
- D) Mesmo havendo cláusula contratual e necessidade de serviço, a transferência com mudança de domicílio exige consentimento específico do empregado a cada deslocamento temporário.
- E) O adicional é devido durante a transferência provisória e, se pago por período superior a um mês, incorpora-se ao salário do empregado mesmo após seu retorno ao local de origem.

42. Empregado de empresa terceirizada comunicou formalmente à Autarquia, por protocolo oficial, o atraso reiterado de salários e depósitos fundiários. A Administração recebeu a notificação e, embora o contrato ainda estivesse em execução, não adotou qualquer providência. Posteriormente, a contratada tornou-se insolvente, e o trabalhador ajuizou reclamação buscando a responsabilidade subsidiária da Autarquia. Considerando a tese firmada pelo STF no Tema 1.118 da repercussão geral, assinale a alternativa correta.

- A) O inadimplemento trabalhista da prestadora basta para responsabilizar subsidiariamente a Administração, pois o dever de fiscalização torna objetiva a responsabilidade do tomador público.
- B) A Administração deve provar que fiscalizou o contrato sempre que houver inadimplemento; não produzida essa prova, a responsabilidade subsidiária decorre da inversão do ônus probatório.
- C) A comunicação feita diretamente pelo trabalhador não demonstra ciência relevante da Administração, salvo se confirmada posteriormente por órgão público de fiscalização trabalhista.
- D) A parte autora deve demonstrar negligência ou nexo causal; a inércia da Administração após notificação formal idônea do inadimplemento caracteriza a negligência exigida pela tese vinculante.
- E) A notificação formal torna presumida a negligência administrativa e gera responsabilidade solidária, ainda que não se demonstre relação causal entre a omissão estatal e o prejuízo trabalhista.

43. Pessoa adquire imóvel rural que já apresentava passivo ambiental decorrente de supressão irregular de vegetação praticada pelo antigo proprietário. Segundo a jurisprudência consolidada do STJ sobre obrigações ambientais, assinale a alternativa correta.

- A) Somente o autor material da degradação pode ser obrigado a recompor o dano, pois a obrigação ambiental exige demonstração de culpa e de participação pessoal na conduta lesiva.
- B) O adquirente responde apenas pelos danos ambientais surgidos depois da transferência do imóvel, permanecendo o passivo anterior exclusivamente a cargo do antigo proprietário.
- C) As obrigações ambientais são *propter rem* e podem ser exigidas do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor, nos termos da jurisprudência do STJ.
- D) O atual proprietário somente responde pelo passivo anterior se houver prova de que conhecia a degradação quando adquiriu o imóvel e aceitou expressamente assumir sua reparação.
- E) A obrigação de recompor permanece exclusivamente com o proprietário que praticou a degradação, ainda que tenha alienado o imóvel e o atual titular mantenha a situação lesiva.

44. Novo ocupante de imóvel solicita ligação de água em seu nome. A Autarquia verifica a existência de faturas antigas não pagas, referentes exclusivamente ao consumo do morador anterior, e cogita condicionar a nova ligação à quitação desse débito. Conforme a jurisprudência do STJ sobre serviços públicos essenciais, assinale a alternativa correta.

- A) A dívida decorrente do consumo de água é pessoal, e não *propter rem*; por isso, o novo usuário não responde pelo débito do ocupante anterior nem pode ter a ligação condicionada à sua quitação.
- B) A dívida de consumo possui natureza *propter rem* por estar vinculada ao imóvel abastecido, podendo ser exigida do proprietário ou possuidor que posteriormente solicite nova ligação.
- C) Embora a dívida seja pessoal, o prestador pode condicionar a nova ligação ao pagamento das faturas antigas quando não houver prova documental da saída do usuário anterior.
- D) A essencialidade do abastecimento impede condicionar a ligação a dívida alheia e também impede a cobrança judicial das faturas vencidas contra quem efetivamente utilizou o serviço.
- E) O novo ocupante não assume a dívida anterior, mas o prestador pode incluí-la parceladamente nas contas futuras como condição para restabelecer ou manter o fornecimento de água.

45. Em execução fiscal regularmente ajuizada, a Fazenda Pública foi cientificada em 15 de março de 2019 de que o devedor não fora localizado e de que não existiam bens penhoráveis no endereço indicado. O juízo somente proferiu decisão expressa suspendendo o processo em 10 de setembro de 2020. Não ocorreu, desde então, causa suspensiva ou interruptiva relevante nem localização útil do devedor ou de bens. Considerando o art. 40 da Lei nº 6.830/1980, a Súmula 314 e o Tema Repetitivo 566 do STJ, assinale a alternativa correta.

- A) O período de um ano somente começa com a decisão formal de 10 de setembro de 2020; depois dele, inicia-se o prazo prescricional aplicável, ainda que a Fazenda já tivesse ciência anterior.
- B) O prazo prescricional de cinco anos começa em 15 de março de 2019 e absorve o período de suspensão previsto no art. 40, de modo que não há acréscimo de um ano antes de sua fluência.
- C) A ciência da Fazenda inicia o período de um ano, mas o prazo prescricional posterior somente começa quando o juízo determina expressamente o arquivamento da execução fiscal.
- D) A ciência da Fazenda inicia a suspensão de um ano; encerrada essa fase, a prescrição só passa a correr após nova intimação pessoal para indicar bens ou requerer providências úteis.
- E) O período de um ano inicia-se com a ciência da Fazenda em 15 de março de 2019; depois dele corre o prazo prescricional aplicável, podendo a prescrição ser reconhecida após sua prévia oitiva.

46. Em parecer sobre receitas públicas relacionadas aos serviços de saneamento e a obras municipais, foram formuladas as seguintes proposições:

- I. A taxa é espécie tributária e, quando fundada em serviço público, pode ter por fato gerador sua utilização efetiva ou, nas hipóteses legais, potencial, desde que o serviço seja específico e divisível.
- II. A tarifa cobrada pela prestação de água ou esgoto não se transforma em tributo pelo simples fato de o prestador ser uma autarquia municipal.
- III. O débito decorrente do efetivo uso de água ou esgoto inadimplido, quando inscrito em dívida ativa de crédito, fica sujeita à pretensão de cobrança pelo prazo quinquenal, conforme previsto no Código Tributário Nacional.
- IV. A contribuição de melhoria decorrente de obra pública está sujeita aos limites legalmente previstos, incluindo o custo total da obra e, individualmente, o acréscimo de valor que dela resultar para cada imóvel beneficiado.

Assinale a alternativa que indica somente as proposições corretas.

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) I, II e III.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

47. Servidor efetivo da Água de Ivoti foi formalmente designado, por portaria, para exercer durante todo o mês três atribuições: fiscalizar um contrato celebrado por inexigibilidade de licitação; fiscalizar outro contrato decorrente de dispensa fundada no art. 75 da Lei nº 14.133/2021; e atuar como Plantonista. Considere que estão presentes os demais requisitos para as gratificações e que, segundo o Plano de Carreira, a gratificação de Fiscal de Contrato corresponde a 0,50 do Padrão 01 e a de Plantonista a 0,75 do Padrão 01. Conforme a Lei Municipal nº 3.750/2025, assinale a alternativa correta.

- A) As duas fiscalizações geram gratificações autônomas de 0,50 cada e podem ser somadas à de Plantonista, pois a não cumulatividade somente alcança designações para a mesma espécie de função.
- B) A inexigibilidade pode gerar gratificação de Fiscal, mas a dispensa do art. 75 não; como Fiscal e Plantonista não são cumuláveis, prevalece a gratificação maior, de 0,75 do Padrão 01.
- C) A inexigibilidade pode gerar gratificação de Fiscal, e a dispensa do art. 75 não; nessa hipótese, a designação para fiscalização impede o recebimento da gratificação de Plantonista no mês.
- D) A dispensa do art. 75 e a inexigibilidade geram gratificação de Fiscal em igual medida, mas, havendo Plantonista, o servidor pode escolher duas das gratificações até o limite de 1,00 do Padrão 01.
- E) A fiscalização decorrente de dispensa do art. 75 gera gratificação, ao passo que a inexigibilidade não; sendo incompatível a cumulação com Plantonista, prevalece a gratificação de maior valor.

48. Associe os bens da Coluna 1 à classificação jurídica indicada na Coluna 2, nos termos do Código Civil.

Coluna 1	Coluna 2
1. Praça pública aberta à utilização coletiva.	() Bem dominical.
2. Edifício onde funciona uma repartição pública.	() Bem de uso comum do povo.
3. Terreno pertencente ao Município, sem destinação pública específica.	() Bem de uso especial.

Assinale a sequência que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo:

- A) 1 – 2 – 3.
- B) 2 – 3 – 1.
- C) 1 – 3 – 2.
- D) 2 – 1 – 3.
- E) 3 – 1 – 2.

49. Órgão de controle identifica vício jurídico em contrato administrativo de longa duração da Autarquia e propõe sua invalidação imediata, limitando a fundamentação à afirmação de que “a legalidade deve prevalecer sobre quaisquer consequências práticas”. A medida atingirá serviço essencial em funcionamento e investimentos já executados. Considerando as regras introduzidas pela Lei nº 13.655/2018 na LINDB, assinale a alternativa correta.

- A) Constatado o vício, a invalidação deve ser imediata; consequências práticas e alternativas podem ser tratadas apenas na fase de execução da decisão, sem integrar sua fundamentação jurídica.
- B) A consideração de consequências práticas vincula a Administração ativa, mas não órgãos de controle ou o Judiciário, cuja motivação pode limitar-se à incompatibilidade abstrata com a legalidade.
- C) A decisão pode avaliar consequências depois de invalidar o contrato, mas a comparação entre alternativas e a demonstração da adequação da medida não são requisitos da motivação decisória.
- D) A decisão deve considerar consequências práticas, necessidade, adequação e alternativas; se invalidar o contrato, deve explicitar seus efeitos e, quando cabível, condições proporcionais de regularização.
- E) A presença de serviço essencial e de investimentos executados impede a invalidação e obriga a convalidação do contrato, pois a LINDB faz prevalecer a continuidade sobre qualquer vício jurídico.

50. Empresa privada lança efluentes irregularmente em curso d'água. O órgão público competente recebe sucessivas comunicações formais e, embora disponha de atribuição e meios de fiscalização, permanece inerte, contribuindo para a continuidade e o agravamento do dano. Em ação civil ambiental são demandados o poluidor direto e a Administração. À luz da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade civil ambiental decorrente da omissão fiscalizatória estatal.

- A) A omissão estatal no dever de fiscalização pode gerar responsabilidade solidária pelo dano ambiental, mas sua execução é subsidiária, preservada a responsabilidade primária do poluidor direto.
- B) A omissão fiscalizatória gera responsabilidade solidária e autoriza execução conjunta e imediata contra o Estado e o poluidor, sem qualquer ordem subsidiária entre os responsáveis.
- C) A Administração responde apenas subsidiariamente, sem integrar relação de solidariedade com o poluidor, pois a omissão fiscalizatória constitui causa remota e juridicamente autônoma.
- D) A responsabilidade estatal por omissão fiscalizatória depende de dolo ou culpa grave individualizada do agente público, além da demonstração da responsabilidade objetiva do poluidor.
- E) A existência de poluidor direto rompe o nexo causal quanto à Administração, de modo que a omissão fiscalizatória pode gerar sanção administrativa, mas não obrigação civil de reparar.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

01. Em trecho urbano atendido pela Autarquia Água de Ivoti, moradores registraram, por canais oficiais, sucessivas comunicações sobre perda de pressão e surgimento de água no pavimento sempre no mesmo ponto da via. Relatório interno elaborado após a terceira comunicação recomendou vistoria e substituição preventiva de componente da rede, mas a providência foi adiada por doze dias. Nesse intervalo, durante chuva intensa, ocorreu rompimento da tubulação pública e a água atingiu estabelecimento comercial lindeiro, danificando estoque, equipamentos e parte das instalações. O comércio permaneceu fechado por alguns dias.

Laudo técnico posterior concluiu que o rompimento resultou do desgaste progressivo do mesmo componente, detectável a partir dos sinais anteriormente relatados, e que a chuva aumentou o volume do alagamento, mas não foi a causa decisiva do rompimento. Constatou-se também que o proprietário havia obstruído, sem autorização, uma grelha de drenagem situada diante do imóvel, circunstância que contribuiu para ampliar a extensão dos danos internos. O comerciante requer indenização pelos danos materiais e pelos lucros cessantes. A Autarquia sustenta internamente a ausência de responsabilidade por se tratar de omissão, invoca força maior e afirma que eventual ação deveria ser dirigida pessoalmente aos servidores responsáveis pela manutenção.

Na condição de Advogado da Autarquia, redija parecer jurídico, em até 20 linhas, examinando a pretensão indenizatória e indicando a solução juridicamente adequada.

UTILIZE O ESPAÇO ABAIXO COMO RASCUNHO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	